

Brasil

indígena



1992

Brasil Indígena



Brasil Indígena

República Federativa do Brasil

**Presidente Fernando Collor
Vice-Presidente Itamar Franco**

**Secretaria de Imprensa
Presidência da República**

1992

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| Legislação indígena: uma conquista recente | 9 |
| A Funai | 11 |
| Situação atual | 12 |
| Demarcação, uma prioridade | 14 |
| O processo de demarcação | 18 |
| Yanomami: a terra garantida | 20 |
| Quem são os Yanomami | 23 |
| Uma política para os índios isolados | 25 |
| Frentes de Trabalho | 27 |
| A defesa do meio ambiente em áreas indígenas | 29 |
| Museu do índio | 31 |
| Centro de Documentação Etnológica | 33 |
| A força da arte e da cultura indígena | 36 |
| Programa Artíndia | 38 |
| Saúde e medicina tradicional | 40 |
| A educação bilíngüe | 42 |
| Práticas tradicionais de plantio | 44 |
| Comissão de defesa | 45 |
| Documentação e informação | 46 |

| | |
|---------------------|----|
| Banco de dados..... | 47 |
| PALAVRA FINAL | 49 |
| CRÉDITOS | 51 |

APRESENTAÇÃO

A proteção dos direitos e da cultura dos índios brasileiros tem estado no centro das preocupações de meu Governo.

Com sentimento humanista, e orientados por claro sentido ético, iniciamos, de forma decisiva, o resgate de uma dívida moral e histórica para com aqueles que integraram a base de nossa etnia.

A falta de conhecimento do valor das concepções de vida das populações indígenas a possibilidade de manter sua cultura e tradições próprias.

As diretrizes básicas da política indigenista de meu Governo são guiadas pelo respeito à identidade cultural, a defesa e promoção de seus direitos, conforme disposto na Constituição Federal, e o empenho na demarcação das terras que ocupam tradicionalmente.

Representativa desta nova orientação é a demarcação das terras ianomâmis decidida pelo meu Governo em 15 de novembro de 1991. Na área 9,4 milhões de hectares, esse grupo indígena terá

assegurado o espaço para a preservação de seu modo de vida milenar.

Temos perfeita compreensão de que a terra para os índios não se restringe apenas à fonte de riqueza; é o espaço vital de sua sobrevivência social e cultural. A demarcação e a proteção dessas terras, mais do que um dever constitucional da União, é um compromisso inarredável de meu Governo.

A democracia brasileira se fortalece com o respeito e a valorização do pluralismo cultural. A defesa da cultura indígena é um elemento vital na construção do País moderno e democrático que almejamos.

As lições da cultura indígena nos mostram formas viáveis de conciliarmos o desenvolvimento com o respeito ao meio ambiente. Mostram, igualmente, a impossibilidade de construirmos uma sociedade baseada num consumismo estéril e numa dilapidação perdulária e irresponsável de nossa base natural.

Tenho reiterado que a defesa dos povos indígenas está na confluência das questões dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente. A presente publicação apresenta, de forma sucinta, um apanhado do muito que fizemos nestes últimos dois anos em prol da causa indígena.

A exemplo do que hoje faz o povo brasileiro, os participantes da Rio-92 saberão reconhecer o acerto da política indigenista de meu governo e nosso inegável empenho na defesa dessa parcela da população brasileira.

Fernando Collor de Mello
Presidente da República

LEGISLAÇÃO INDÍGENA: UMA CONQUISTA RECENTE

Por mais de 400 anos as populações indígenas não tiveram uma assistência substantiva do Estado. No período colonial foram produzidos alguns instrumentos legais, que, ao mesmo tempo em que asseguravam uma proteção relativa, permitiam a exploração e a opressão dos povos já contatados. Até o Império, a política indigenista era baseada na catequese promovida pelos missionários, preocupados em "civilizar" os povos indígenas.

No início do século XX, os conflitos existentes em várias regiões do país entre brancos e índios ganharam repercussão nacional e internacional. Esta situação foi decisiva para o surgimento do Serviço de Proteção dos Índios (SPI), em 1910. Nesta época, o Brasil passava por um processo de modernização com uma modesta industrialização e as idéias positivistas ganhavam expressão.

O Marechal Cândido Mariano Rondon, na época apenas um jovem oficial do Exército brasileiro, contagiado por estas idéias, tornou-se um dos principais protagonistas do processo de criação do SPI.

O SPI tinha a missão de defender os povos indígenas contra a exploração e opressão a que eram submetidos, após o contato com os segmentos menos esclarecidos da sociedade. Entre as suas prioridades estava a de "pacificar" os grupos arredios, antecipando-se ao contato indiscriminado com outros setores da sociedade nacional.

Embora este trabalho evitasse um eventual extermínio físico dos indígenas, não impedia a sua desagregação, decorrente da invasão dos seus territórios por seringueiros, fazendeiros ou posseiros. Os funcionários do então SPI revelaram-se impotentes para conter os avanços das frentes de expansão econômica.

A investida da sociedade branca sobre os territórios tribais acarretou outros graves problemas aos índios. A degradação ambiental pela disputa dos recursos naturais com os não-índios comprometeu a sobrevivência de várias etnias e, em alguns casos, implicou na sua extinção. A proliferação de endemias, em consequência da deficiência imunológica do índio às doenças dos brancos, também contribuiu para o desaparecimento de muitos povos. A imposição de novas técnicas afetou os sistemas econômico e cultural tradicionais das comunidades indígenas, submetendo-as a uma relação de dependência, e forçou o seu engajamento no sistema como mão-de-obra barata. Como agravante, o índio ainda era alvo de preconceitos e discriminação da sociedade envolvente.

Do ponto de vista legal, a política indigenista baseava-se no instrumento jurídico da tutela instituída através do Código Civil

de 1916. Além da tutela, outros instrumentos legais foram elaborados visando integrar o índio à nossa sociedade. O trabalho do SPI foi fundamental para o surgimento de uma tradição indigenista. Sem isso, inúmeros grupos não teriam qualquer chance de sobrevivência.

A FUNAI

O período que sucedeu ao trabalho do Marechal Rondon, no SPI, no entanto, foi marcado por problemas que acabaram causando a sua extinção e a criação da Fundação Nacional do Índio, em 1967, através da Lei 5.371. A Funai ficou subordinada ao antigo Ministério do Interior.

O novo órgão recebeu a incumbência de administrar, conservar, ampliar e valorizar o patrimônio indígena, promover levantamentos, estudos e pesquisas científicas sobre as comunidades indígenas; garantir a educação de base necessária à progressiva integração do índio à sociedade nacional. Coube ainda à Funai exercer o poder de polícia nas áreas indígenas, visando à proteção das comunidades.

A partir do final da década de 60 e durante os anos 70, a política desenvolvimentista colocada em prática, especialmente voltada para a incorporação de novas fronteiras econômicas ao processo produtivo, atingiu de forma violenta inúmeros grupos indígenas. Muitos deles, até então, viviam em áreas de difícil acesso nos estados da Amazônia Legal. Os índios foram surpreendidos com

a construção de rodovias que cortaram seus territórios, usinas hidrelétricas e passaram a enfrentar conflitos com posseiros, fazendeiros, garimpeiros e madeireiros.

Embora o cenário político e econômico se revelasse adverso aos interesses indígenas, em dezembro de 1973 foi editado o Estatuto do Índio (Lei 6.001), sustentado nas diretrizes da Convenção 107 de Genebra e nos ideais do Marechal Cândido Mariano Rondon. O Estatuto passou a orientar o trabalho da Funai, encarregada de compatibilizar a proteção às comunidades indígenas com os programas de desenvolvimento.

SITUAÇÃO ATUAL

A Constituição de 1988 promoveu uma profunda modificação no tratamento da questão indígena. Através dos artigos 215 e 231, os índios deixaram de ser considerados uma cultura em via de desaparecimento. A postura integracionista foi abandonada e a diversidade cultural passou a ser assegurada. Por reconhecer o pluralismo cultural e por garantir aos índios a preservação de sua identidade étnico-cultural, o texto constitucional atribuiu ao Estado o dever de tratar tais populações de forma diferenciada. Da mesma forma, a tutela, que até então tinha um caráter restritivo, com base numa relação autoritária e paternalista, foi aperfeiçoada objetivando estabelecer uma prática mais moderna e menos limitada.

Dentro da visão de respeito aos povos indígenas como etnias diferenciadas, a Funai procura desenvolver o seu trabalho assistindo aos 250 mil índios conhecidos que vivem hoje no país. A Amazônia Legal abriga o maior número de grupos - 65% do total. Os demais vivem espalhados nos outros estados, à exceção do Distrito Federal, Piauí e Rio Grande do Norte.

A situação de contato desses grupos com a sociedade nacional é bastante diversificada. Há comunidades, como os Terena, do Mato Grosso do Sul, Guajajara, do Maranhão, e Pataxó, da Bahia, que experimentam um estreito relacionamento com a sociedade regional. Outros mantêm-se afastados desse convívio e assim conseguem preservar mais íntegros seus costumes e tradições.

A grande diversidade entre os grupos indígenas pode ser verificada não apenas pelas diversas línguas e dialetos que falam, mas também na economia, na maneira como se pintam ou cortam os cabelos, nas suas relações ou na forma como ocupam o espaço habitado e constroem suas casas, ou malocas. Os índios do Alto Xingu e os Yanomami, por exemplo, vivem em grandes habitações coletivas, enquanto os Xavante se aglutinam em espaços menores. Os rituais são ricos em simbologia. Os índios Bororo escarificam o corpo durante os sepultamentos, uma cerimônia que dura várias semanas. Os índios do Alto Xingu realizam a cerimônia o Kuarup, quando os mortos são lembrados numa cerimônia que congrega várias tribos da região. Em rituais de passagem, quando o menino Xavante chega aos 12 anos tem batoques de madeira inseridos nas orelhas. Na região do rio Cuminapanema, índios de um grupo Tupi furam o lábio inferior, onde introduzem um cilindro de mais de dez centímetros.

Cada um desses ritos é fundamentado em histórias passadas de pai para filho e de aceitação unânime de toda aldeia. É comum os indígenas acreditarem que doenças são maldições dos deuses,

o que dificulta em muitos casos a interferência dos médicos brancos. A figura central nesses rituais é o Xamã, que faz uma "pajelança" para afugentar os maus espíritos.

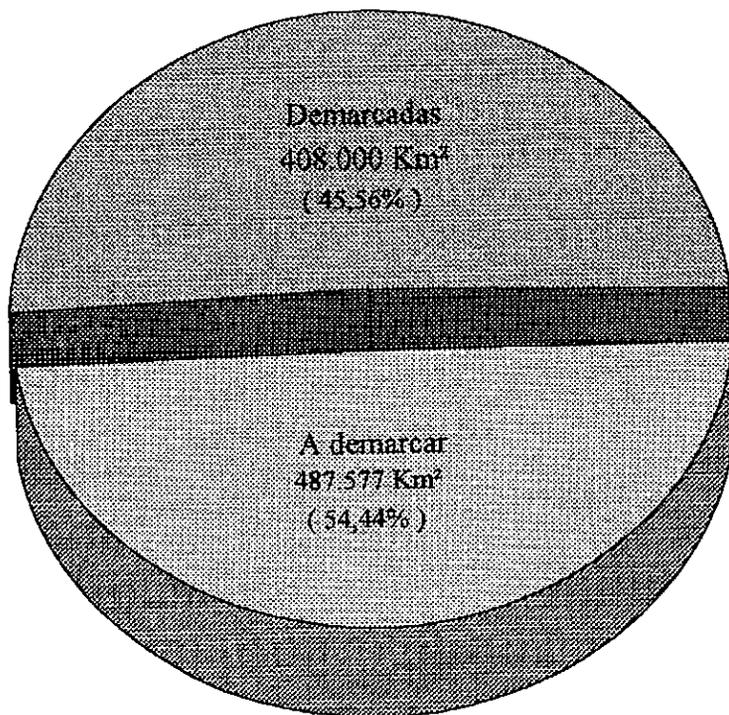
Quando ainda arraigados a seus hábitos milenares , os índios vivem da pesca, da caça e plantam roças de onde colhem o milho, a mandioca, batata doce, amendoim, banana e outros produtos que fazem parte de sua dieta.

O trabalho desenvolvido pela Funai no cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Governo do Presidente Collor está hoje voltado para o atendimento eficiente dos índios em suas áreas, a participação indígena na discussão da política indigenista e a demarcação de suas terras. Ao mesmo tempo, está se buscando um compromisso maior dos diversos segmentos da sociedade no trabalho com as populações indígenas.

DEMARCAÇÃO, UMA PRIORIDADE

A sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas brasileiros depende da garantia de suas terras. Ao longo da história do País, centenas de etnias desapareceram, ao mesmo tempo em que suas terras eram invadidas e sua organização social desestruturada. Dos 5 milhões de índios estimados pelos historiadores no início do século XVI, hoje o País conta com 250 mil conhecidos pela Funai - há grupos que ainda permanecem isolados -, distribuídos em 510 áreas indígenas que ocupam 895.577 km², correspondendo a 10,52% do território nacional.

Áreas indígenas demarcadas

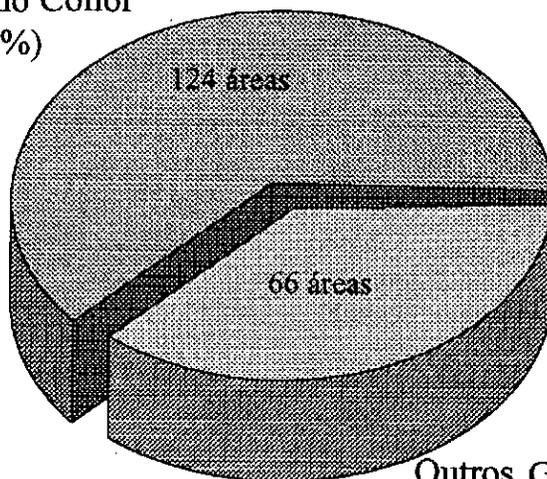


Total de áreas demarcadas: 510 áreas

Superfície conhecida: 89.494.598 ha

Número de áreas indígenas homologadas

Governo Collor
(65,26%)



Outros Governos
(34,74%)

A invasão das terras indígenas ao longo da história da colonização do continente americano é um processo que persiste mesmo nos dias de hoje. Seja pelas riquezas naturais existentes nessas áreas, como é a situação dos Yanomami, Nambikwara e Kaiapó, ou pela chegada de frentes de colonização, como ocorreu com os Parakanã e Arara, os índios continuam pagando um alto preço em consequência da expansão da sociedade nacional.

A única forma de deter o avanço em direção às áreas intocadas é remover a população não-indígena daquelas invadidas e promover a demarcação e a fiscalização. Nesse sentido, foram homologadas 124 áreas, no total de 207.216 km², o que corresponde a mais da metade de todas as homologações realizadas até hoje. Muitos processos de áreas já demarcadas, que estavam engavetados desde 1974, foram agilizados no governo Collor.

Em janeiro de 1991, foram homologadas as áreas do Capoto/Jarina e o Parque Indígena do Xingu, totalizando 26.000 km² no Mato Grosso. Outras áreas foram homologadas no Rio Grande do Sul; Carreteiro, Cacique Doble, Guarita, Inhacorá e Ligeiro.

Além dos 94.000 km² para os índios Yanomami, nos estados do Amazonas e Roraima, o governo demarcou 18 áreas, no total de 10.690 km². Foram reconhecidas 22 áreas indígenas pelo atual governo, totalizando 192.373 km². No momento, encontram-se no Ministério da Justiça, já identificadas pela Funai, 24 áreas, somando 44.233 km², aguardando as portarias que as reconhecerão como terras indígenas.

O trabalho de demarcação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, deverá estar concluído em outubro de 1993, o que constitui um desafio para a Funai. Até agora, 50,9% das terras indígenas no País estão demarcadas, representando uma superfície de 408 mil km².

De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal, cabe à União demarcar, proteger e fazer respeitar todos os bens das terras indígenas, que são enquadrados como patrimônio da União. As áreas indígenas são definidas como "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". A Constituição garante, ainda, aos índios, a posse permanente de suas terras, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas dos solos, rios e lagos nelas existentes, em caráter inalienável e imprescritível.

A Lei 6.001, do Estatuto do Índio, com a Constituição de 1988, está sendo agora revista. O Estatuto em vigor reforça a proteção das terras indígenas, determinando que elas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade. A mesma lei preceitua que o reconhecimento do direito dos índios à posse das terras por eles habitadas independe de sua demarcação.

O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

O primeiro passo para a regularização das terras indígenas, quando se reconhece a ocupação de um grupo sobre determinado território, é a sua identificação. Para tanto, conforme estabelece o Decreto nº 022, de 1991, do Poder Executivo, a Funai cria um grupo de trabalho que realiza estudos técnicos, recolhendo dados

antropológicos, cartográficos e fundiários sobre o grupo indígena em seu território.

A partir daí, com a participação da comunidade indígena em todas as fases do processo de identificação, começa o reconhecimento *in loco* do território. São então analisadas a ocupação histórica e atual do grupo no local, suas atividades econômicas básicas, suas relações com o meio ambiente e com a sociedade envolvente. Detectadas as reivindicações e necessidades do grupo, forma-se a base para a proposta de área que deverá ser demarcada.

O território definido abrigará os locais utilizados pelo grupo na sua subsistência e os pontos sagrados para a comunidade, como cemitérios e aldeias antigas. Para garantir o equilíbrio do território no processo de identificação são resguardadas as áreas que apresentam risco de sofrer alguma forma de devastação, com prejuízos para a comunidade, como rios, nascentes e locais importantes para a flora e fauna.

Uma vez caracterizada a terra indígena a ser demarcada, com seu mapa confeccionado de acordo com as normas exigidas, a área é submetida ao Ministério da Justiça, que declara, mediante portaria, a posse permanente do grupo sobre a terra e determina sua demarcação. Durante esse processo, o órgão fundiário federal, atualmente o INCRA, procede o reassentamento dos ocupantes não-índios, cadastrados durante a identificação da área. Nos casos comprovados de boa fé, a Funai realiza o pagamento das indenizações pelas benfeitorias vistoriadas.

Obedecido o processo administrativo da demarcação, as terras indígenas são submetidas à Presidência da República para sua homologação através de decreto. A fase final de regularização é

o registro da área no Cartório Imobiliário da Comarca correspondente e no Departamento de Patrimônio da União.

A Funai não tem uma estimativa do total de áreas ocupadas por grupos ainda isolados. A política de proteção a estes grupos tem sido conduzida no sentido de interditar as terras que ocupam quando o grupo é localizado, como ocorreu com os Kurubo, Quixetu, além de outros que vivem no vale do rio Javari, no município de Atalaia do Norte (AM), os Awá-Guajá, no Maranhão os Avá-Canoeiro, em Goiás, os Marimã, no Sul do Amazonas e com os Poturu do Cuminapanema, no Pará.

YANOMAMI: A TERRA GARANTIDA

Depois de enfrentar por mais de duas décadas a invasão sistemática de seu território por grupos garimpeiros, os índios Yanomami, que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela nos estados do Amazonas e Roraima, tiveram sua terra reconhecida pelo governo no dia 15 de novembro de 1991. O trabalho de demarcação começou no dia 27 de janeiro daquele ano e foi concluído em maio de 1992.

Ao todo, os Yanomami contam, agora, com uma área contínua demarcada de 94 mil Km², que abriga uma das mais expressivas etnias do continente, estimada em 10 mil indivíduos. O término do trabalho de demarcação de um perímetro de 1.736 km confirmou o compromisso assumido pelo Presidente Fernando Collor

de garantir a terra dos índios Yanomami, depois de sucessivos avanços e recuos por parte dos governos anteriores.

Em 1988, a área chegou a ser retalhada em 19 "ilhas" e duas florestas nacionais, através de decreto presidencial, abrindo corredores por onde mais de 40 mil garimpeiros invadiram a reserva. Esta situação consolidou um quadro de doenças e mortes entre os Yanomami e uma grave situação de desagregação social. Atraídos pelo garimpo, muitos grupos abandonaram suas atividades tradicionais, passando a viver na dependência dos garimpeiros espalhados por toda a região, especialmente ao longo dos rios Mucajá e seus afluentes, e as Serras do Parima e Surucucus.

No início do governo Collor, uma primeira tentativa de retirada dos invasores foi feita, com a explosão de dezenas de pistas de pouso que apoiavam o trabalho dos garimpeiros, levando a locais de difícil acesso na mata, víveres, máquinas e combustível. A iniciativa, num primeiro momento, arrefeceu o ânimo dos garimpeiros, mas, em pouco tempo, os invasores recuperaram pistas, burlando a vigilância na área. A região Yanomami, que conta com uma riqueza ainda não dimensionada em ouro e cassiterita, desde o início das obras da rodovia Perimetral Norte, na década de 70, passou a ser cobiçada pelas frentes garimpeiras.

Em junho do ano passado havia grande movimentação de garimpeiros na região, aliada a um quadro crítico de saúde entre os Yanomami, em decorrência das doenças levadas pelo branco, como a malária e casos graves de desnutrição. No começo de julho assumiu a presidência da Funai o sertanista Sydney Ferreira Possuelo, que recebeu do presidente Collor a missão de remover a população não-indígena e promover a demarcação da área Yanomami.

A operação de retirada dos garimpeiros foi desencadeada em seguida, com o apoio de aviões e helicópteros. Ao mesmo tempo, foram criados 22 postos de vigilância equipados com radiotransmissores espalhados pela região. A grande massa de garimpeiros deixou espontaneamente a área indígena. No final de setembro, apenas grupos residuais continuavam a garimpar, em geral em pontos de difícil acesso, abrigados pela densa mata e serras ao longo da fronteira.

Em outubro, chegou a ocorrer um sério confronto entre integrantes da Funai, Polícia Federal e garimpeiros, na região de Surucucus. Apesar dessa resistência, no dia 15 de novembro de 1991, em cerimônia realizada em Brasília o presidente Fernando Collor anunciou a criação da área Yanomami. Em seguida, ocorreu a licitação para o início dos trabalhos de demarcação.

A demarcação consistiu na abertura de uma picada de seis metros de largura ao longo de uma linha seca de 691 km e a colocação de marcos indicativos a cada 2 km. Os outros 1.045 km ao longo do perímetro obedeceram à localização de acidentes geográficos, como rios e córregos. O trabalho desenvolvido na área começa a devolver aos Yanomami a tranquilidade que necessitam para retomarem suas atividades tradicionais, como a abertura de roças e a reconstrução das malocas que muitos grupos haviam abandonado para viver nas proximidades dos garimpos.

QUEM SÃO OS YANOMAMI

Segundo dados históricos que remontam a 1787, os vários subgrupos Yanomami viviam na Serra do Parima (região interfluvial rio Branco-Orinoco), fronteira do Brasil com a Venezuela. O movimento de migração a partir do Parima, que resultou na atual configuração de território Yanomami, teve início na metade do século XIX. No entanto, os primeiros contatos deste povo com representantes da sociedade regional só se deram nas primeiras décadas do século XX.

Pertencentes a uma família lingüística isolada, os Yanomami representam o maior grupo tribal de contato recente das Américas. Há grupos ainda totalmente isolados no Brasil e na Venezuela. Com grande riqueza cultural, os Yanomami falam inúmeros dialetos, o que leva os antropólogos a supor que, no passado, eles teriam habitado um território bem maior.

As famílias vivem em grandes malocas coletivas, os Xaponós, que contam com uma área central descoberta. Vivem da caça, da coleta, da pesca e cultivam roças, atividades que muitos chegaram a abandonar em consequência da invasão de sua terra pelo garimpo.

O universo mítico dos Yanomami é de grande complexidade. A partir desses valores, o pajé David Yanomami, da aldeia Demeni, fez um depoimento comovente sobre o drama vivido pelo seu povo, com a invasão de suas terras. Abaixo, alguns trechos do depoimento dado pelo pajé ao antropólogo Bruce Albert, em 1990, relatando o drama vivido pelos índios.

"Nós chamamos estas epidemias de xawara. A xawara que mata os Yanomami. É assim que nós chamamos epidemia. Agora sabemos da origem da xawara. O que nós chamamos de xawara, há muito tempo, nossos antepassados mantinham isto escondido.

Omame criador da humanidade Yanomami e de suas regras culturais mantinha a xawara escondida. Ele a mantinha escondida e não queria que os Yanomami mexessem com isto. Mas hoje os nabebe, os brancos, depois de terem descoberto nossa floresta, foram tomados por um desejo frenético de tirar esta xawara do fundo da terra onde Omame a tinha guardado. Xawara é também o nome do que chamamos booshike, a substância do metal, que vocês chamam de minério. Disso temos medo. A xawara do minério é inimiga dos Yanomami, de vocês também. Ela quer nos matar. Assim, se você começa a ficar doente, depois ela mata você. Por causa disso, nós Yanomami estamos muito inquietos.

Quando o ouro fica no frio das profundezas da terra, aí tudo está bem. Tudo está realmente bem. Ele não é perigoso. Quando os brancos tiram o ouro da terra, eles o queimam, mexem com ele em cima do fogo como se fosse farinha. Isto faz sair fumaça dele. Assim se cria a xawara que é esta fumaça do ouro. Depois esta xawara wakexi, esta epidemia fumaça, vai se alastrando na terra dos brancos, em todo lugar. É por isso que estamos morrendo. Por causa desta fumaça. Ela se torna fumaça sarampo. Ela se torna muito agressiva e quando isso acontece ela acaba com os Yanomami.

Ela faz também morrer os brancos, da mesma maneira. Não é só os Yanomami que morrem. Os brancos podem ser muito numerosos, eles acabarão morrendo todos também. É isto que os Yanomami falam entre eles...

Quando esta fumaça chega no peito do céu, ele começa também a ficar muito doente, ele começa também a ser atingido pela xawara. A terra fica doente. Não queremos morrer. Nós queremos ficar numerosos. Mas agora que os garimpeiros nos viram e se aproximaram de nós, apesar do fato que Omame tem guardado o ouro embaixo da terra, eles estão retirando grandes quantidades dele, cavando o chão da floresta. Por isso a xawara cresceu muito. Está muito alta no céu... Assim, o céu vai acabar rachando.

Se os garimpeiros continuam a andar em nossa floresta, se eles não voltam para o lugar deles, os Yanomami vão morrer, eles vão verdadeiramente acabar. Não vai haver pessoas para nos curar. Por isso, estamos muito assustados. Outros Yanomami não vão ser criados depois de nós. Quando os garimpeiros acabarem com os Yanomami, outros não vão surgir de novo assim... não não, não. Omame já foi embora deste mundo para muito longe e não vai criar outros Yanomami... não vai não."

UMA POLÍTICA PARA OS ÍNDIOS ISOLADOS

O Brasil está entre os raros países no mundo em que ainda existem grupos étnicos vivendo sem contato com os membros da sociedade envolvente. São os chamados índios isolados que, de acordo com o levantamento provisório realizado pela Funai, se localizam na Amazônia Legal, à exceção dos Avá-Canoeiros do Tocantins e Goiás.

Alguns grupos indígenas conseguiram chegar aos nossos dias mantendo sua autonomia, apesar das pressões sobre seus territórios, e recebem proteção especial da Funai, através do Departamento de Índios Isolados. O levantamento mais recente sobre essas etnias apresenta referências a 75 grupos isolados. Todos eles, de alguma forma, começam a sofrer o impacto de frentes pioneiras -- garimpeiros, madeireiros e colonos, principalmente. A expansão da sociedade nacional leva estes grupos a procurar estratégias que garantam a sua sobrevivência, que vão desde o conflito manifesto às tentativas de afastamento, com a procura de novas áreas onde possam manter sua autonomia.

A Funai, respaldada na Constituição Federal de 1988, está seguindo uma política orientada para a autonomia desses povos, rejeitando qualquer tipo de iniciativa integracionista. Assim, ao contrário da visão difundida até pouco tempo, os grupos isolados não são aqueles que obrigatoriamente devam ser "atraídos" ou "contatados" para pacificamente serem incorporados à sociedade brasileira.

Os contatos com os grupos isolados só têm sido efetivados à medida em que a ameaça a sua integridade física e cultural se instale, ou quando os índios são compelidos a procurar novo habitat, indo, quase sempre, de encontro a grupos indígenas já contatados ou conflitando-se com segmentos nacionais já instalados na Amazônia. Nesta circunstância, a frente de contato se mostra como último recurso à sua proteção física e cultural.

É o caso dos índios Awá-Guajá, no Maranhão e de outros, possivelmente da etnia Sirionó, que habitam a margem direita do rio Guaporé, em Rondônia. Estes últimos enfrentam a invasão de seu território tradicional por madeireiros. Numa atitude dramática para deter o invasor, os índios colocam pontas de madeira nas

picadas abertas na floresta, na tentativa de impedir a entrada de caminhões e tratores.

A primeira forma de atuação do Sistema de Proteção ao Índio Isolado, vinculado ao DPI, parte de informações sobre a existência de índios em determinada região. Formadas por funcionários experientes da Funai, as equipes de localização, após detectarem o ponto provável das informações, dirigem-se ao local. Sendo verídicas, partem para um estudo da situação territorial e a questão fundiária a que estão submetidos os grupos indígenas.

Somente a partir do levantamento de campo, criterioso e preciso, decide-se pela vigilância ou, em último caso, o contato. A primeira consiste na proteção física e territorial sem a fatalidade do contato. Esse só é levado em consideração quando o processo de devastação do meio ambiente e a destruição do corpo social desses grupos indígenas ameaçam sua sobrevivência.

FRENTES DE TRABALHO

Frente de Contato rio Madeirinha/MT: A equipe possui uma base fixa no rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Roosevelt/MT, onde um grupo isolado perambula pela região. A distância e a difícil navegabilidade causam desgaste excessivo nos motores e barcos, bem como na equipe que ainda enfrenta uma região de grande incidência de malária.

Frente de Contato Guaporé: Esta equipe encontra-se atuando entre os rios Cautário e Corumbiara (oeste de Rondônia), afluente da margem direita do rio Guaporé. Os trabalhos desenvolvidos na área, confirmaram a presença de grupo indígena isolado, possivelmente da etnia Sirinó. Esta frente equipe tem procurado conter as invasões de madeireiros que se dão na área de perambulação do grupo.

Frente de Contato Iriri/PA: suas atividades desenvolvidas no médio rio Xingu funcionam também precariamente ao longo do rio Iriri e seus afluentes, sendo área de influência da Transamazônica no trecho Altamira-Itaituba.

Sistema Proteção Cuminapanema/PA: Posto Indígena de contato Cuminapanema, localizado às margens do rio Cuminapanema, na área indígena Cuminapanema/Urucuriana, no município de Oriximiná/PA.

O Posto foi criado em 1991 a partir da retirada, pela Funai, da NTB (Missão Novas Tribos do Brasil). Seu trabalho tem se voltado a atender aos índios Poturu, no controle de doenças (malária, febre tifóide, leishmaniose e tifo), bem como a recuperar e reorganizar a estrutura sócio-cultural da tribo. Para tanto foi implementado um programa de controle de doenças adquiridas pelo contato, vigilância e proteção territorial, voltados para a defesa da integridade física e etno-cultural da etnia Poturu.

Sistema de Proteção Awá-Guajá/MA: Já os trabalhos realizados com os Awá-Guajá contam com um núcleo de apoio, uma frente de contato e três postos indígenas que enfrentam problemas, que vão desde conter as invasões de madeireiros e posseiros, até os conflitos interétnicos entre índios isolados e os já contatados da região.

Frente de Atração rio Jordão/AC: A equipe da Funai desenvolve seus trabalhos no rio Envira, área fronteira com o Peru. Esta frente está seriamente comprometida em sua qualidade de trabalho, em decorrência da falta de recursos financeiros e pessoais. No final do ano passado, a continuidade de suas atividades só foi possível graças a um convênio firmado com a Semam-PR.

Frente de Contato rio Purus/AM: Criada a partir de convênio firmado com a Semam-PR, para localização de índios isolados na região do rio Purus, a frente de contato tem trabalhado nos seguintes rios: a) rio Piranha/rio Riozinho: tributários do rio Cumiwá (afluente margem esquerda do rio Tapauá-AM); b) médio rio Mucuí (afluente margem direita rio Purus-AM); c) entre médio rio Pacia e rio Mari (afluente margem direita rio Purus-AM); d) cabeceiras rio Tumiã, rio Seruini e Sepatini (afluente margem esquerda rio Purus-AM). Este trabalho, além de ter confirmado algumas referências de presença de índios isolados, tem sua programação mantida para o presente ano, através de novo convênio a ser firmado com a Semam-PR, visando dar prosseguimento aos estudos de localização, bem como de conhecimento das várias áreas específicas de perambulação dos grupos isolados.

A DEFESA DO MEIO AMBIENTE EM ÁREAS INDÍGENAS

Desde 1989 a Funai conta com um Serviço de Meio Ambiente das Terras Indígenas (Semati), transformado, em 1991, em Coorde-

nação responsável pelo gerenciamento de todas as atividades voltadas para a proteção do meio ambiente nas terras indígenas.

A partir de um levantamento preliminar, a Coordenação de Meio Ambiente estima em 176 o número de áreas indígenas afetadas por estradas de ferro ou de rodagem, 28 áreas atingidas por exploração mineral, 54 impactadas por exploração de recursos florestais e mais 120 que sofrem ou poderão sofrer futuramente a interferência de obras do setor elétrico. Vale observar que esse levantamento, envolvendo ainda rejeitos industriais, detritos domésticos, lixo, pistas de pouso, assentamentos rurais e exploração de recursos naturais no entorno das áreas indígenas, vem sofrendo acréscimos à medida em que as informações vão sendo compiladas. Estima-se que esses dados reunidos não representam mais de 60% das interferências impostas aos povos indígenas.

Embora seja uma tarefa difícil identificar prioridades no trato da questão ambiental em áreas indígenas, diante do quadro de devastação dos recursos naturais e da importância do equilíbrio ecológico como fator condicionante da sobrevivência dessas populações, a Funai elegeu algumas ações como essenciais no sentido de garantir os primeiros passos para reverter esse quadro. São eles: a educação ambiental, capaz de atingir tanto as comunidades indígenas quanto os funcionários do órgão e a sociedade envolvente, diagnóstico ambiental, como forma de localizar e dimensionar os problemas e suas origens, além de identificar as medidas saneadoras e preventivas, e recuperação das áreas degradadas, visando restaurar o equilíbrio afetado por atividades impactantes.

As atividades de proteção ambiental em terras indígenas são feitas pela Funai com a intensificação de envolvimento participativo de outros órgãos governamentais voltados para a questão

ambiental, como o Ibama, Semam, Polícias Florestais e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, além de entidades não-governamentais interessadas.

MUSEU DO ÍNDIO

Planejado por Darcy Ribeiro, na época chefe da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, o Museu do Índio foi inaugurado em 19 de abril de 1953, no Rio de Janeiro, representando a maturação de uma experiência de 10 anos da Seção de Estudos (antiga Seção Etnográfica criada pelo Marechal Rondon).

A vinculação funcional à Seção de Estudos determinou, de modo necessário, a vocação intelectual e política da instituição, comprometida com os direitos e o destino dos índios e dedicada ao seu conhecimento. A Seção de Estudos do SPI abrangia nomes expressivos como os antropólogos Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, o lingüista Max Boudin, a musicóloga Helza Cameu e o cineasta Heinz Foerthman, entre outros.

Localizado inicialmente na rua Mata Machado, em uma casa do Ministério da Agricultura, o Museu expandiu a atividade de investigação e assessoria da Seção de Estudos, produzindo uma quantidade relevante de projetos e materiais científicos e culturais, como coleções sistemáticas de artesanatos indígenas, registros sonoros, fotográficos e cinematográficos.

O Museu do Índio marcou o surgimento da Antropologia como atividade profissional no Brasil, desencadeando importante efeito multiplicativo sobre as atividades isoladas que se desenvolviam em outras instituições. Só em seu primeiro ano de vida, ao lado de pesquisas de Darcy Ribeiro entre os Urubu-Kaapor, no Maranhão, de Eduardo Galvão com os índios do rio Negro e de Max Booudin com os Maxacali, em Minas Gerais, o Museu do Índio apoiou e estimulou materialmente pesquisas externas, como a de Herbert Baldus, entre os Terena, Egon Schaden, entre os Kaiwá, e Kaoro Onaga, entre os índios do Guaporé.

Além de uma série de pesquisas relacionadas com as áreas de medicina, etnobotânica e etnozologia, levadas a efeito por Noel Nutels e Leão da Motta entre os Xavante, Karajá e índios do Alto Xingu, e por Paulo Emílio Vanzolini, junto aos Canela, no Maranhão, o Museu do Índio promoveu, dentro do programa de colaboração do SPI com outras instituições, inúmeros trabalhos.

Pode-se relacionar as pesquisas etnológicas feitas junto aos índios Kubén-Kran-Ken/Kaiapó, realizadas por Alfred Métraux, do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO; o programa de documentação da língua, canto e música instrumental de vários grupos indígenas Jê, feito pela etnomusicóloga Simone Dreyfus-Roche, do Museu do Homem, e a pesquisa sobre os Tupari, no Amapá, desenvolvidas por Franz Caspar, da Universidade de Hamburgo.

Enquanto cumpria sua destinação indigenista, assessorando ou formulando projetos, propostas e estudos de grande importância para o SPI, o Museu do Índio deu origem, entre outros, aos projetos de criação do Parque Indígena do Xingu e ao plano para a atração de grupos indígenas arredios do Pará, proporcionando, ainda, a criação e instalação do Centro de

Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, em 1955, também sob a direção de Darcy Ribeiro.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ETNOLÓGICA

Em que pese sua importância como entidade voltada para as questões indigenistas, o Museu do Índio não conseguiu sobreviver ao quadro de decadência a que estava submetido o SPI a partir de 1957. Poderosos interesses políticos e econômicos engendraram uma profunda crise no SPI, levando à extinção o curso de Pós-Graduação em Antropologia e provocando a saída de todo o pessoal especializado da instituição.

Com a degradação e posterior extinção do órgão indigenista oficial, em 1967, o Museu, entregue a administrações ineptas, acabou perdendo, nesse período, parte ponderável de seu acervo. Nem mesmo a criação da Funai, com a conseqüente incorporação do Museu, criou condições melhores para seu funcionamento. Afinal, as sucessivas administrações do novo órgão indigenista oficial, com rápidas e episódicas exceções, tiveram em comum uma atitude autoritária em relação aos índios, convertendo o Museu em um mostruário estático de artefatos indígenas, inútil como órgão de assessoramento e inoperante como produtor de conhecimento sobre a realidade indígena.

Somente em 1976 houve uma tentativa de recuperação das atribuições originais essenciais do Museu do Índio, com a criação do Centro de Documentação Etnológica (CDE). Essa ini-

ciativa objetivava reunir os documentos relativos aos grupos indígenas e à ação indigenista dispersos pelas várias unidades da Funai distribuídas pelo território nacional. O objetivo foi recompor um acervo de caráter histórico e comprobatório da cultura e dos direitos indígenas, cujo original foi integralmente destruído por um incêndio ocorrido em 1967 na sede do SPI, em Brasília.

Assim mesmo, foram recolhidos ao CDE documentos originários de todas as delegacias regionais da Funai, da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. O trabalho com essa documentação, aliado às fontes de informação externa - como os grandes arquivos, bibliotecas e institutos históricos existentes no Rio de Janeiro -, constitui uma das principais atividades desenvolvidas pelo Museu. Através de seu Centro de Documentação, é realizado assessoramento à Funai, em suas decisões de política indigenista e nas questões de natureza administrativa e jurídica em relação à terra e outros bens indígenas.

No final de 1977, o Museu do Índio foi transferido para Botafogo, onde se instalou em um casarão construído em 1880, tombado pelo Patrimônio Histórico e que, anteriormente, serviu como sede ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Com cerca de 2.000 m² de área edificada, o Museu do Índio abriga, atualmente, uma mostra permanente de peças indígenas, centro de documentação e biblioteca, além de outros setores técnicos.

O acervo do Museu do Índio reúne, em suas coleções, cerca de 10 mil peças etnográficas. Além de peças Bororo, coletadas pelo Marechal Rondon, destacam-se coleções museológicas de alto valor, organizadas por experientes antropólogos e etnólogos durante suas pesquisas de campo na década de 50, como a dos índios Rankokramekra (MA), dos índios do Xingu, representada por conjuntos de painéis zoomorfos Waurá, armas, máscaras, instrumentos musicais dos Kamayurá, Yawa-lapiti e outros.

Constituem também parte do acervo peças de cerâmica Baniwá(AM), Terena(MS) e Karajá(TO), plumária Urubu-Kaapor(MA) e peças mais contemporâneas do acervo museológico. Entre as coleções etnográficas constam aquelas coletadas durante os trabalhos das equipes de atração dos grupos Waimiri-Atroari, Parakanã, Krenhacarore na década de 70, além de outras coleções dos grupos Krahô, Marubo Menkragnoti.

Do ponto de vista da documentação, o acervo é valiosíssimo. A Biblioteca Marechal Rondon, constituída a partir da reunião das coleções dos extintos Serviço de Proteção aos Índios, do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e parte da biblioteca particular do próprio marechal, conta com cerca de 30 mil publicações nacionais e internacionais sobre antropologia e indigenismo, destacando-se como uma das mais completas bibliotecas especializadas em todo o país sobre o tema.

O Centro de Documentação, com mais de 500 mil documentos microfilmados, reúne documentos remanescentes do arquivo central do SPI, do CNPI, recortes de jornais, mapas e manuscritos. Além do numeroso acervo fotográfico sobre os povos indígenas, incluindo 1.800 negativos em chapa de vidro da Comissão Rondon, que registram os primeiros anos do indigenismo rondoniano, o Museu abriga ainda filmes importantes de caráter etnográfico.

A associação do antropólogo Darcy Ribeiro com o cineasta Heinz Foerthman permitiu também a elaboração de filmes de grande beleza e valor etnográfico, como "Um dia na vida dos índios Urubu" e "Funeral Bororo", premiados e internacionalmente conhecidos.

Em resumo, a experiência do Museu do Índio, ao longo de quase 40 anos de atividades, demonstra que - restaurados em condições mínimas de normalidade em seus edifícios, acervos, corpo técnico

e programa de ação - este poderá se transformar em um eficaz instrumento de assessoramento da Funai e em fecundo auxiliar de serviço dos povos indígenas em sua luta pela preservação ou recuperação de sua herança material e cultural. Com a Conferência do Rio, o Museu do Índio espera dar sua contribuição para um melhor entendimento dos conceitos vinculados ao tema "Meio Ambiente e Desenvolvimento", oferecendo ao público a oportunidade de tomar contato com a cultura indígena em toda a sua diversidade e sofisticação, com ênfase à sua estreita ligação com a natureza.

A FORÇA DA ARTE E DA CULTURA INDÍGENA

Ao longo da existência dos povos indígenas, a natureza tem sido a fonte inesgotável de inspiração às manifestações artísticas de homens e mulheres que encontram, na história de suas próprias vidas, o orgulho da identidade étnica. Revelam-se, enfim, exemplos da mais autêntica sensibilidade humana ao transformarem as matérias-primas em marcos de sua sobrevivência física e cultural.

Podemos conceber como arte indígena algumas produções artesanais, geralmente destinadas ao uso prático a que se expressam, de forma criativa, na música, pintura, dança e manufatura, elaboradas com o esmero de quem entende o belo como uma espécie de equilíbrio entre as ações do homem e as leis que regem o universo. Assim, para entender como os índios vivem e se organizam em sociedade, o parâmetro mais

importante é a relação com o meio geográfico em que habitam, que tem reflexos diretos nas suas criações artísticas.

Desse ponto de vista, são reconhecíveis duas modalidades de cultura indígena, caracterizadas pelos que vivem nas florestas e aqueles das savanas e campos cerrados. Os primeiros, constituindo comunidades numerosas, com agricultura estável, detêm um artesanato diversificado, em função da maior quantidade de matérias-primas. Fazem cerâmica, trançam cestos, tecem redes e panos e elaboram adornos plumários de rara beleza. Os campestres, com subsistência baseada na caça, pesca e coleta, revelam seu talento na confecção de cestos e esteiras.

Toda a produção artesanal, incluindo casas, instrumentos de trabalho, armadilhas para caça e pesca e, outros itens que receberam forma física a partir do saber indígena, fazem parte da cultura material de cada um dos cerca de 180 grupos tribais do Brasil. Essa cultura resultou da interpretação que as antigas gerações faziam dos fenômenos e elementos da natureza, como a chuva, os trovões e as matas, cuja relação com a vida dos índios é explicada através de mitos e encenações rituais.

O artesanato, cumprindo função cotidiana utilitária, constitui um harmonioso conjunto de utensílios domésticos e instrumentais de trabalho, como os formões, as faquinhas de dentes e ossos de animais, os pequenos pincéis para ornamento, as canoas e armadilhas de caça e pesca. A cerâmica, característica das sociedades indígenas sedentárias, apresenta sistemas de arte gráfica de excelente valor estético e que expressam ordens sociais.

Existem, na região amazônica, exemplos de olarias, como a dos Assurini, Wayana-Apalaí, Wai-Wai e Baníwa. Mas são os Karajá, no Centro-Oeste, que respondem por uma das mais interessantes manifestações cerâmicas. Transformam o barro em figuras antro-

pomorfas (animais) ou, ainda, em bonecas, chamadas "litxikós", que revelam, com as esculturas cênicas, todo o contexto social do grupo. Há ainda as índias Waurá, no Parque do Xingu, que elaboram enormes painéis "mapukúlo" para processamento da mandioca, e os Kadiwéu, no Mato Grosso, que usam a técnica da impressão com um cordão sobre a argila ainda mole e fresca, obtendo desenhos em relevo.

As manifestações artísticas e culturais dos grupos indígenas não se restringem, contudo, ao artesanato, contribuindo também na construção do universo mítico herdado dos antepassados. No Alto rio Xingu, por exemplo, os grupos realizam, anualmente, a Festa do Kuarup, em homenagem aos membros ilustres da comunidade já falecidos, libertando seus espíritos do convívio tribal. Fundamentados em estórias passadas de pai para filho -- e de aceitação unânime em toda a aldeia --, esses ritos constituem hábitos milenares. É comum, por exemplo, grupos indígenas acreditarem que as doenças são maldições dos deuses. Recorrem, então, ao xamã, que faz uma "pajelança" para afugentar os maus espíritos.

PROGRAMA ARTÍNDIA

Há mais de vinte anos, com a intensificação dos trabalhos das frentes de atração de índios isolados ou arredios, surgiu a necessidade de escoamento dos artesanatos obtidos a partir da troca de objetos, gesto entendido como demonstração de amizade e desejo de aproximação. Após este ritual, os índios retornavam à suas aldeias, levando "brindes" e deixavam para a equipe de contato seus artefatos, que acabaram abarrotando o Museu do Índio.

Nascia, então, o Programa Artíndia, com objetivo de resgatar, promover, fortalecer e divulgar as diversas manifestações artísticas das sociedades indígenas brasileiras. Para cumprir um dos objetivos do programa, a Funai abriu lojas Artíndia para divulgar e comercializar o artesanato indígena nas cidades de maior fluxo turístico do país, como Rio de Janeiro e São Paulo e nas capitais de estados de maior incidência de grupos indígenas ainda não aculturados, como Manaus, Belém e Cuiabá. Além disso, o órgão vem realizando e participando de várias exposições e feiras com essa finalidade.

O incentivo à produção artesanal teve o mérito de reduzir a dependência econômica verificada nos grupos em processo de aculturação, quando é comum o acréscimo gradativo de bens industrializados. A continuidade da produção surgiu, então, como primordial para os índios na preservação de seus hábitos culturais, pois mantinha o grupo organizado e fortalecia a identidade étnica. O trabalho, feito nas horas de lazer na própria aldeia e com a participação de todos, proporciona um envolvimento perfeito entre comunidade, natureza, trabalho, arte e valores culturais.

Esse sistema, implantado pela Funai, elevou o padrão de vida de vários grupos indígenas especialmente porque o retorno era imediato. Ainda hoje, a comercialização do artesanato representa uma importante opção econômica para muitos grupos tribais, constituindo ainda instrumento de difusão das inúmeras representações culturais. Consciente de que os problemas relacionados com o artesanato indígena demandam ação de base para seu desenvolvimento, a Artíndia tenta viabilizar uma assistência mais adequada junto aos índios artesãos, como forma de preservar e enaltecer sua identidade étnica e suprir suas necessidades de consumo atual.

SAÚDE E MEDICINA TRADICIONAL

As ações na área de saúde junto às populações indígenas resultam de uma política que tem como meta investir esforços no controle de endemias, formação de recursos humanos, saneamento básico, valorização da medicina tradicional indígena, com ênfase à atenção primária nos Postos Indígenas. Esse trabalho encontra uma série de dificuldades para ser implementado com eficiência, pois, além da carência de recursos financeiros, as comunidades a serem atendidas vivem em áreas de difícil acesso e apresentam baixa resistência às doenças adquiridas da sociedade envolvente, como gripe, sarampo e tuberculose.

Devido à vulnerabilidade dos índios às doenças não experimentadas pelo seu sistema imunológico, a vacinação é a principal meta. Ao lado disso, a Funai procura acompanhar o quadro nutricional dos índios, já que o contato com o branco causa a quebra dos padrões culturais, com reflexos graves no equilíbrio alimentar até então adotado pelas comunidades.

Seja pelo desaparecimento da caça e de outros alimentos com a chegada das frentes pioneiras, ou pela introdução de novos hábitos alimentares, muitas vezes insuficientes para garantir o equilíbrio nutricional, as populações indígenas passam a enfrentar graves condições de saúde. Debilitados fisicamente, acabam atingidos por infecções respiratórias agudas, parasitoses intestinais, gastroenterocolites agudas, dermatopatias e a malária.

Nos locais onde se tem notícia de grupos ainda isolados a política está voltada para uma ação de controle epidemiológico atingindo à população não-índia, de forma a evitar a transmissão de doenças nos casos de contatos eventuais com esses grupos. Para montar

o esquema de atendimento ao índio, a Funai, além de criar e manter uma infra-estrutura de apoio, com postos de enfermagem (farmácias e enfermarias), Casas do Índio, instalações sanitárias, equipes de saúde e profissionais nas áreas indígenas, tem procurado sensibilizar entidades privadas e órgãos públicos ligados à área de saúde.

Esta colaboração tem sido efetivada através de convênios ou mesmo de maneira informal. Entre as diversas entidades que colaboram com a Funai estão o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional da Saúde e da Sucam, o Inamps, a Fundação Oswaldo Cruz, a instituição francesa Médicins Du Mond, universidades federais e faculdades de medicina, missões religiosas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Ministério da Aeronáutica, o Ministério do Exército, secretarias estaduais e municipais de saúde e hospitais públicos e privados.

Além de procurar integrar as ações dos diversos setores da sociedade no trabalho de assistência ao índio, a Funai quer valorizar a medicina tradicional indígena procurando, sempre que possível, dirigir seu trabalho respeitando as especificidades culturais das populações assistidas. Nesse sentido, a meta é reforçar a formação de monitores de saúde indígenas que podem interferir de forma menos agressiva no equilíbrio psicossocial das comunidades.

As equipes ligadas à questão de saúde mantidas pela Funai são integradas por 344 atendentes de enfermagem e 144 auxiliares, 24 laboratoristas, 3 engenheiros sanitários, 5 farmacêuticos, 50 enfermeiros, 35 odontólogos e 40 médicos. Este corpo especializado, ainda em número insuficiente para atender às necessidades da Funai, é responsável pelas ações básicas de saúde. Na região Norte, eles enfrentam a malária, a oncocercose, a blastomicose e a leishmaniose; no Nordeste predominam a esquistossomose, a

leishmaniose e o alcoolismo; nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, além do alcoolismo, se fazem presentes a esquistossomose, a Doença de Chagas, o pênfigo e a tuberculose. No Sul encabeçam a lista das principais doenças a tuberculose, o alcoolismo e as moléstias crônico-degenerativas.

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

A população estudantil indígena no país está calculada em 46.900 estudantes, distribuídos em 878 escolas. Este trabalho desenvolvido pela Funai é complexo, não só pelo aspecto de multilinguismo como da pluralidade de culturas e localização das áreas indígenas, muitas delas em regiões de difícil acesso. A Constituição brasileira no artigo 210, parágrafo 2º e no artigo 231 assegura aos povos indígenas uma educação escolar que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, línguas, processos próprios de aprendizagem e estabelece a educação na língua materna. As escolas indígenas contam com um corpo de 727 educadores, entre programadores educacionais, professores de 1o. grau, auxiliares de ensino e professores índios. Além dos alunos atendidos nas unidades que funcionam nas áreas indígenas, 2.730 alunos bolsistas frequentam escolas nas cidades.

O programa está concentrado no fortalecimento do processo de cada grupo, não se detendo na educação formal. Nesse sentido, a Unesco formulou, em 1988, propostas específicas para grupos indígenas, reafirmando que a educação intercultural bilíngüe se impõe não apenas como uma resposta às populações indígenas,

mas como fator de mobilização social e de defesa de seus valores culturais.

A educação bilíngue é definida no sentido amplo, envolvendo desde a avaliação dos conteúdos educativos e do currículo; os sistemas de conhecimento, sua produção e reprodução; os esquemas culturais e formas de ver e conceber a realidade, assim como a prática social tradicional dos povos indígenas.

Ao enfatizar que a educação indígena se insere como um marco em uma sociedade heterogênea, plurilíngue e multicultural, o documento da Unesco observa que os materiais didáticos e os demais componentes do sistema devem responder a essa realidade mediante a integração dos recursos de que dispõem os indígenas; material que reflita as características da sociedade e que retome suas atividades sócio-culturais e seu saber institucionalizado; recursos humanos devidamente capacitados de acordo com as teorias atuais sobre educação intercultural bilíngue; participação real da população nas distintas etapas e aspectos do sistema educativo (investigação, capacitação, avaliação), independentemente do grau de instrução formal de que disponha.

O Brasil, sendo um país com 180 etnias conhecidas que falam 170 línguas diferentes, enfrenta dificuldades para atender de forma eficiente a todas as comunidades. As línguas faladas são extremamente minoritárias em relação à portuguesa. Muitas línguas desapareceram e outras estão ameaçadas de extinção. Das línguas conhecidas, 70 ainda não foram estudadas de forma a possibilitar a implantação do ensino bilíngue.

Para superar as dificuldades existentes, a Funai defende a educação bilíngue e intercultural a partir da mobilização das instituições governamentais e não-governamentais nacionais e estrangeiras. Os esforços devem ser concentrados, prioritariamente, na forma-

ção de recursos humanos, elaboração de material didático-pedagógico, estudos e pesquisas, investimento em infra-estrutura física e apoio aos estudantes indígenas, particularmente aqueles que se deslocam das aldeias para as cidades.

PRÁTICAS TRADICIONAIS DE PLANTIO

A Fundação Nacional do Índio, através do Departamento de Atividades Auto-Sustentadas está empenhada em incentivar as comunidades a retomarem as práticas tradicionais de produção de alimentos. A intenção é reduzir, a médio e longo prazo, a interferência da instituição no processo produtivo, assegurando independência aos grupos indígenas.

No período de 90/91, foram cultivados em todo o País 41.130 hectares com culturas diversas e realizado o manejo de aproximadamente 10 mil cabeças do rebanho bovino. Neste ano foram liberados Cr\$ 400 milhões distribuídos entre 34 administrações regionais. Com estes recursos, mais de um terço da população indígena poderá dar continuidade às suas atividades produtivas, que consistem, basicamente, no plantio de arroz, feijão, milho e mandioca. Além das culturas tradicionais, algumas comunidades do Sul do País dedicam-se à produção de cebola e amendoim. Já na região Norte aparece o extrativismo, com a coleta da castanha e do látex.

A Funai orienta também as comunidades sobre alternativas de plantio e manejo de solo, eliminando a eventual utilização de adubos e defensivos, além da prática da monocultura.

Nesse sentido tem-se procurado promover o conhecimento do acervo genético de plantas cultivadas tradicionalmente e viabilizar meios para a manutenção de um banco de germoplasma. Igualmente, os técnicos têm se empenhado no estímulo ao conhecimento, através de estudos e levantamentos, do uso tradicional de recursos da fauna e da flora, garantindo, assim, a conservação dos ecossistemas responsáveis por fontes de alimentação tradicional dos grupos indígenas.

COMISSÃO DE DEFESA

Desde agosto de 1991, os índios brasileiros passaram a contar com um instrumento regulamentado para lutar legalmente pelo seus interesses: a Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas tem a atribuição de receber, apurar, avaliar e encaminhar denúncias de agressões aos índios e suas comunidades.

A Coordenação, até agora, recebeu aproximadamente 100 casos de denúncias envolvendo agressões aos direitos e interesses das populações indígenas em todo o País e tem procurado agilizar os processos, em especial alguns que estavam parados na Justiça há vários anos. Nesse trabalho, a CGDDI conta com grande apoio da Procuradoria Geral da República, através da Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas. A

CGDDI pode ser contatada através do telefone (061) 226-7480/226-8211-ramal 244 ou pelo Fax:(061) 226-8782.

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

O Departamento de Documentação da Funai tem como objetivo básico a organização, recuperação e disseminação de informações sobre os índios e a política indigenista brasileira. Possui uma biblioteca com cerca de 12 mil títulos - livros, folhetos, periódicos e teses - sobre os índios do Brasil, antropologia e linguística, dentre os quais várias obras raras. Possui, ainda, um arquivo histórico com aproximadamente 300 metros lineares de documentos textuais, assim como fotografias, mapas e audiovisuais da Funai, do Serviço de Proteção aos Índios - SPI (1910-67), do Conselho de Proteção aos Índios - CNPI (1942-67) e da Fundação Projeto Rondon. Os documentos desta última instituição encontram-se em fase de organização, devendo estar disponíveis para pesquisa a partir de 1994. O Centro de Informações sobre as Questões Indígenas presta um importante serviço à comunidade, disseminando informações básicas através de telefone, correios, telex e fax. Pretende-se agilizar esse serviço através de uma Base de Dados que está em fase de implantação. Dentre os outros serviços do Departamento de Documentação à disposição do público, destaca-se o atendimento diferenciado da clientela infantil e juvenil e a impressão gráfica de informativos para atender ao grande público, através dos serviços próprios de editoração eletrônica e impressão offset. Maiores informações, no Centro de Informação sobre Questões Indígenas - SEUP 702 Sul Edifício LEX, Mezanino, Brasília-DF, Cep. 70.330, telefone (061) 321-8884 ramal 67,

ou (061) 226-8211 ramal 227, telex (61)1019-1794 e Fax (061) 226-8782.

BANCO DE DADOS

Universidades, pesquisadores e o público interessado em obter informações sobre o trabalho desenvolvido pela Funai nas diversas áreas passarão a contar com o apoio de um moderno sistema de computação que funcionará em Brasília. O Departamento de Informática está implantando o sistema que ficará disponível ao público, fornecendo informações históricas sobre a Funai e o índio brasileiro.

Para ter acesso a estas informações, basta possuir um equipamento com a configuração mínima de um PC-XT e Modem periférico conectado a uma linha telefônica. O telefone da central computadorizada é: (061) 223-7720.

Está em estudo, também, a implantação de uma rede de microcomputadores com a finalidade de melhorar a comunicação e o controle das ações desenvolvidas nas áreas indígenas, permitindo um fluxo constante de dados entre a sede da Funai e as Administrações Regionais. Hoje, devido às distâncias e dificuldades de comunicação, torna-se difícil acompanhar os projetos descentralizados voltados para a saúde, atividades produtivas e demarcação de terras.



PALAVRA FINAL

Tecnologia e Humanismo

Vinte anos se passaram desde a realização da Conferência de Estocolmo, quando, pela primeira vez, discutiu-se em âmbito mundial as questões ambientais de interesse para a humanidade. Nesse espaço de tempo, o mundo experimentou grandes avanços tecnológicos que permitiram ao homem desvendar os mistérios da vida, interferindo cada vez mais nas relações com o meio ambiente.

Chegamos agora à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com desafios mais complexos pela frente. Destacam-se as mudanças vivenciadas pelo homem no campo das conquistas tecnológicas e a forma de evitar que elas permaneçam divorciadas dos princípios morais e éticos.

Temos a convicção de que o simples acesso às técnicas sofisticadas, se não for levado em conta o bem comum, não resolve os problemas que afligem a humanidade, privilegiando apenas alguns povos.

Nesse sentido, a participação expressiva de líderes indígenas na Conferência do Rio ajudará na formulação de políticas orientadas para um melhor relacionamento entre os povos e, em especial, do homem com a terra. Os índios, que há vinte anos tiveram uma presença tímida em Estocolmo, agora comparecem às discussões dos temas que envolvem o futuro do planeta.

Este é um momento histórico em que devemos refletir sobre a importância de colhermos os ensinamentos dessas populações quanto à forma de conviver em harmonia em sociedade e com o meio ambiente.

É também uma oportunidade singular para que possamos dar uma pausa em nossa vida agitada a fim de repensarmos as nossas relações com a Terra, sem o saudosismo do tempo das cavernas e libertados do endeusamento da tecnologia, na busca de uma sociedade fraterna.

Sydney Ferreira Possuelo

CRÉDITOS

*Este trabalho foi coordenado pela
Fundação Nacional do Índio — Funai*

*Célio Borja
Ministro de Estado da Justiça*

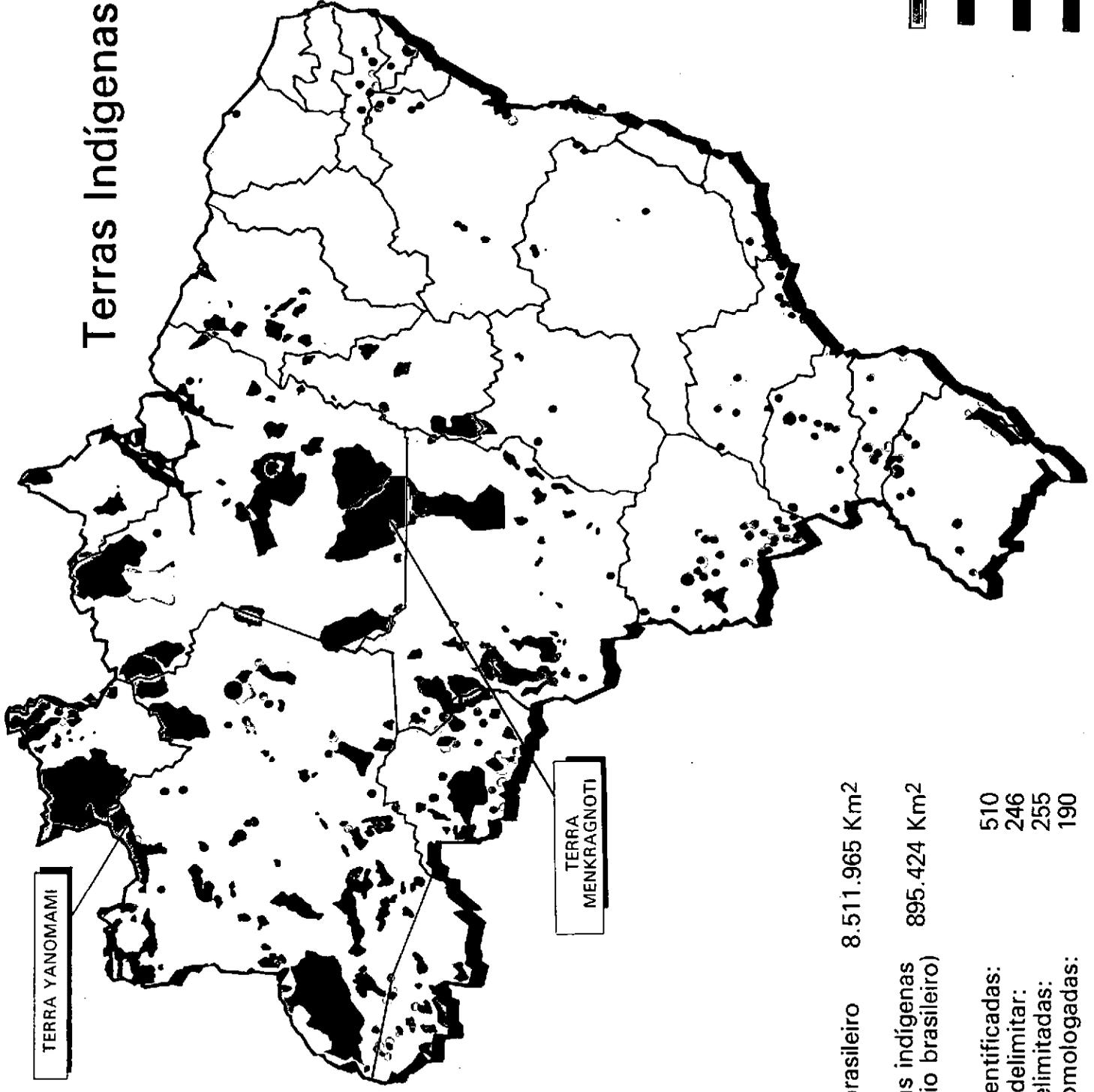
*Sydney Ferreira Possuelo
Presidente da Fundação Nacional do Índio — Funai*

*Redação e edição:
Coordenadoria Geral de Assuntos Externos*

*Colaboração:
Coordenação de Meio Ambiente
Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas
Departamento de Artesanato
Departamento de Atividades Auto-sustentadas
Departamento de Documentação e Informação
Departamento de Educação
Departamento de Índios Isolados
Departamento de Informática
Departamento de Saúde
Departamento do Patrimônio Indígena
Diretoria Geral de Assuntos Fundiários
Museu do Índio*

ESTA OBRA FOI IMPRESSA
PELA IMPRENSA NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA/DF, EM 1992,
PARA A SECRETARIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
3500 EXEMPLARES

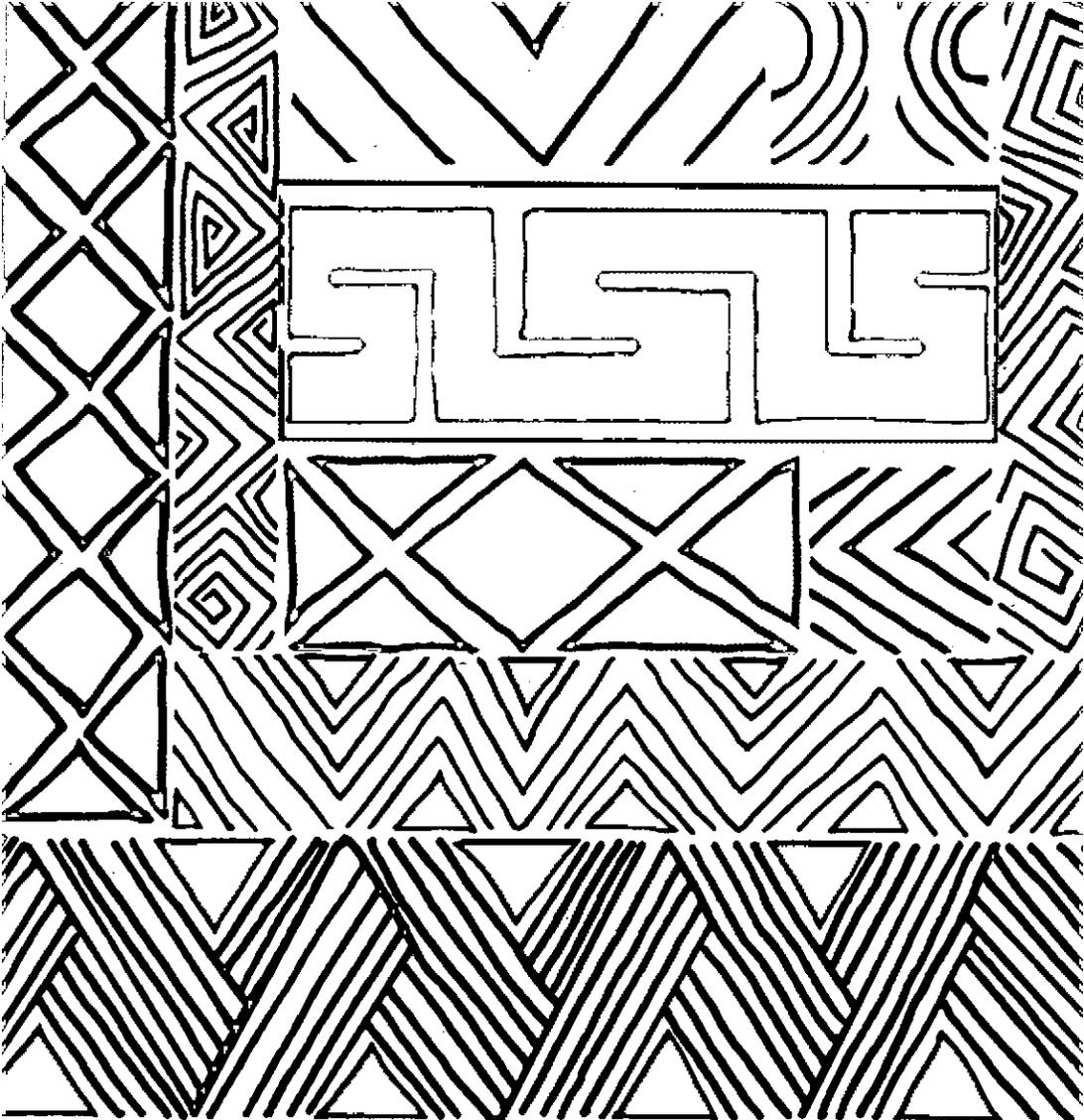
Terras Indígenas no Brasil



Situação das áreas indígenas

-  A identificar
-  Identificada
-  Delimitada
-  Regularizada

| | |
|---|---------------------------|
| Área do território brasileiro | 8.511.965 Km ² |
| Área total das terras indígenas (10,52% do território brasileiro) | 895.424 Km ² |
| Terras indígenas identificadas: | 510 |
| Terras indígenas a delimitar: | 246 |
| Terras indígenas delimitadas: | 255 |
| Terras indígenas homologadas: | 190 |



Impresso em papel reciclado

